



Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques nas jurisprudências dos tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA

1. STF invalida norma estadual sobre contratação temporária

 O STF considerou inconstitucional norma de MG que permitia contratação temporária de agentes sem concurso.

✦ **Relevância:** Destaca os limites para contratações temporárias e reafirma a necessidade da observância da regra do concurso público.

 <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-invalida-norma-de-mg-que-permite-contratacao-temporaria-de-agentes-penitenciarios-sem-concurso/>

2. TRF3 determina concessão de auxílio por incapacidade

 Decisão garantiu benefício a trabalhadora por incapacidade temporária.


✦ **Relevância:** A decisão firmou entendimento no sentido de que a preexistência da doença antes de ser filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) não impede a concessão do benefício, desde que a incapacidade tenha surgido por agravamento posterior.

 <https://web.trf3.jus.br/noticias/Noticiar/ExibirNoticia/439278-trf3-determina-concessao-de-auxilio-por-incapacidade>


3. Ex-gerente reintegrado após acusação não comprovada


 O TST determinou reintegração de ex-gerente por ausência de provas para justa causa.


✦ **Relevância:** Reforça a importância de provas robustas para embasar demissões por justa causa, sob pena de reintegração.

 <https://www.tst.jus.br/-/citado-na-opera%C3%A7%C3%A3o-lava-jato-ex-gerente-da-br-distribuidora-que-teve-justa-causa-afastada-consegue-reintegra%C3%A7%C3%A3o>


4. Cobrador não receberá horas extras por extrapolar intervalo


 O TST entendeu que não há direito a horas extras quando há fruição prolongada de intervalo, validando norma coletiva que previa que limite máximo de intervalo poderia ser ultrapassado.


 **Relevância:** Apesar da decisão favorável, o relator deixou um alerta de que o empregador não pode, sob o pretexto de estar amparado pela norma coletiva, impor ao trabalhador períodos extensos de intervalo, desnaturando a finalidade protetiva e revelando a execução desproporcional e danosa da cláusula, situação que, se constatada, justificaria sua invalidação e, por consequência, a condenação ao pagamento do intervalo suprimido.

 <https://www.tst.jus.br/-/cobrador-de-%C3%B4nibus-que-extrapolava-duas-horas-de-intervalo-n%C3%A3o-receber%C3%A1-horas-extras>


5. Cantineira recebe adicional de insalubridade por calor excessivo


 O TST reconheceu direito de adicional por exposição a calor acima do limite legal.


 **Relevância:** Decisão reformou o entendimento do Tribunal Regional, afirmando que, ainda que em caráter intermitente, não se afasta, apenas por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional, e que o elemento constitutivo do direito ao adicional, no caso, não é a atividade desenvolvida, mas a exposição ao calor em níveis acima dos limites de tolerância.

 <https://www.tst.jus.br/-/cantineira-recebe-adicional-de-insalubridade-por-exposi%C3%A7%C3%A3o-a-calor-acima-do-limite-de-toler%C3%A2ncia%C2%A0>


6. Filhos de zelador não serão indenizados por morte do pai

 O TST negou indenização a herdeiros de zelador que morreu em explosão na moradia fornecida pela empresa.


 **Relevância:** Define limites para a responsabilidade do empregador em situações ocorridas fora do ambiente e horário de trabalho. A decisão entendeu que, pelo fato de o acidente ter ocorrido num domingo, quando o empregado estava de folga, a empregadora não teria qualquer culpa pelo acidente. Ainda, segundo o processo, havia um contrato firmado com a empresa atribuindo ao trabalhador toda a responsabilidade pela moradia.

 <https://www.tst.jus.br/-/filhos-de-zelador-n%C3%A3o-ser%C3%A3o-indenizados-pela-morte-do-pai-em-explos%C3%A3o-na-moradia-fornecida-pela-empresa>


7. Planos de saúde responsabilizados como tomadores de serviço

 O TST responsabilizou planos de saúde pelo pagamento de serviços prestados por psicóloga terceirizada.

♦ **Relevância:** O entendimento foi de que, quando há prestação de serviço para vários tomadores simultaneamente, a dificuldade de delimitar a quantidade do trabalho empreendido em favor de cada empresa não justifica o afastamento da responsabilidade subsidiária das empresas que foram favorecidas com o trabalho do empregado.

 <https://www.tst.jus.br/-/planos-de-sa%C3%BAde-s%C3%A3o-responsabilizados-por-pagamento-como-tomadores-de-servi%C3%A7o-de-psic%C3%B3loga%C2%A0>


8. Supressão de intervalo intrajornada em home office reconhecida

 O TRT-2 entendeu que a supressão de intervalo intrajornada pode ocorrer mesmo em regime remoto.

♦ **Relevância:** A decisão reconheceu que o empregador exercia o controle de jornada no teletrabalho, afastando a exceção do artigo 62, III, da CLT, condenando a empresa ao pagamento do intervalo suprimido.

 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/justica-reconhece-supressao-de-intervalo-intrajornada-em-home-office>

9. Falta de ambiente adequado para amamentação gera rescisão indireta

 O TRT-2 reconheceu rescisão indireta por ausência de local apropriado para amamentação de empregada.

♦ **Relevância:** Alerta empregadores sobre a necessidade de estruturas mínimas para gestantes e lactantes, evitando passivos trabalhistas. A decisão foi fundamentada no artigo 389 da CLT, o qual prevê que empresas com pelo menos 30 mulheres empregadas devem fornecer um local apropriado para que elas mantenham os filhos sob vigilância e assistência durante o período de amamentação, e que a obrigação de demonstrar se o número de empregadas era inferior a 30 pertencia à companhia, o que não foi feito.



<https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/falta-de-ambiente-adequado-para-amamentacao-gera-rescisao-indireta>

10. TRF3 declara válida majoração de multa ambiental por reincidência



O TRF-3 negou provimento à apelação da H F Agropecuária, mantendo a validade da Certidão de Dívida Ativa emitida pelo IBAMA. A majoração da multa por reincidência foi considerada legal, mesmo sem detalhamento das infrações anteriores. O Judiciário reafirmou que não cabe revisar o mérito administrativo, apenas sua legalidade.



RELEVÂNCIA: O acórdão reforça a importância de manter registros e estratégias de conformidade ambiental, pois reincidências podem gerar penalidades agravadas mesmo sem comunicação prévia detalhada.



<0001165-12.2017.4.03.6000>

11. TJSP reafirma que licenciamento não exclui responsabilidade civil por danos ambientais causados por empreendimento imobiliário



O TJSP rejeitou embargos de declaração da empresa responsável por loteamento, mantendo acórdão que reconheceu sua responsabilidade por danos ambientais. O Tribunal destacou que o licenciamento não afasta a obrigação de reparar danos decorrentes de alterações no uso do solo, constatados por laudo pericial, por este motivo, foram mantidas as medidas de recuperação ambiental e de conservação impostas à empresa.



RELEVÂNCIA: Reforça a responsabilidade objetiva ambiental e evidencia a importância de práticas preventivas e de gestão ambiental adequada, reduzindo riscos de responsabilização civil mesmo quando em conformidade com autorizações administrativas.



<1000735-54.2016.8.26.0681>

12. TJSP decide que supressão de vegetação em área urbana exige prévia autorização ambiental, não podendo ser substituída por decisão judicial



O TJSP reformou sentença que havia autorizado a supressão de vegetação em área urbana de Bauru sem licenciamento ambiental. A Corte entendeu que, mesmo em loteamentos antigos, a retirada de vegetação nativa do bioma Cerrado exige autorização prévia da CETESB, conforme legislação estadual e federal e reafirma que o Judiciário não pode substituir o órgão ambiental no processo de licenciamento.



SINDICATOS
RURAIS

📌 **RELEVÂNCIA:** Reforça a importância do licenciamento ambiental como condição indispensável para intervenções em áreas com vegetação nativa e consolida a segurança jurídica de que desmates sem licença não serão admitidos.

🔗 [1018025-69.2016.8.26.0071](#)

13. TJSP confirma ilegalidade de decreto que ampliava base de cálculo da taxa de licenciamento ambiental da CETESB

📄 O TJSP manteve sentença que anulou a aplicação do Decreto Estadual nº 62.973/2017, usado pela CETESB para majorar o valor da taxa de licenciamento ambiental. O Tribunal entendeu que o decreto extrapolou o conceito legal de “fonte de poluição” previsto na Lei nº 997/76, criando critério mais amplo e oneroso, portanto, reconheceu a ilegalidade da cobrança e determinou que a CETESB não utilize o referido decreto como parâmetro de cálculo.

📌 **RELEVÂNCIA:** Reforça a necessidade de que alterações em tributos ambientais sejam feitas por lei formal, garantindo segurança jurídica e previsibilidade de custos para o setor.

🔗 [1066864-77.2019.8.26.0053](#)


14. STJ decide que arrendatário rural não pode exercer direito de retenção após despejo, mesmo com direito a indenização

📄 O Superior Tribunal de Justiça decidiu que o direito de retenção do arrendatário rural, previsto no Código Civil e no Estatuto da Terra, só pode ser exercido enquanto ele mantém a posse do imóvel. Após o despejo judicial, mesmo contra sua vontade, o arrendatário perde a posse e, portanto, não pode reter a propriedade. Contudo, preserva-se o direito à indenização pelas benfeitorias úteis e necessárias realizadas no imóvel

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a necessidade de contratos de arrendamento rural bem estruturados, pois o arrendatário que investir em melhorias não poderá permanecer no imóvel até ser indenizado caso perca a posse por ordem judicial, de forma a ampliar a importância de cláusulas contratuais claras sobre indenizações e garantias, prevenindo conflitos e assegurando previsibilidade aos produtores.

🔗 <https://www.comprerural.com/superior-tribunal-de-justica-toma-decisao-que-afeta-arrendatarios-no-meio-rural/>


15. TRF3 mantém nulidade de auto de infração do IBAMA por demora excessiva em processo administrativo

 O TRF3 decidiu que, embora os prazos administrativos sejam considerados impróprios, a demora injustificada na análise de defesa em processo ambiental viola o princípio constitucional da razoável duração do processo, reconhecendo que a presunção de legalidade dos atos administrativos é relativa, não podendo ser usada para impor sanções sem efetivo contraditório. Assim, foi mantida a determinação para que o IBAMA julgue a defesa e identifique o responsável pelas operações questionadas

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que produtores rurais autuados por infrações ambientais têm direito a um julgamento administrativo célere e fundamentado, sob pena de nulidade do processo.

 [5025226-27.2023.4.03.6100](https://www.conjur.com.br/2025-ago-14/reparacao-do-dano-causado-leva-tj-sp-a-reduzir-valor-de-multa-ambiental/)

17. TJ-SP reduz multa ambiental após comprovação de reparação do dano

 A 1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) decidiu reduzir uma multa ambiental que havia sido aplicada após a supressão de vegetação nativa, em razão da comprovação de recomposição espontânea da área degradada pelo autuado. Na decisão, o relator destacou os princípios da reparação integral do meio ambiente e da razoabilidade na imposição de sanções, além de considerar fatores como ausência de dolo, colaboração do réu e inexistência de reincidência.

✦ **RELEVÂNCIA:** O precedente reforça a orientação de que penalidades ambientais podem ser mitigadas quando há recuperação efetiva do ambiente e conduta cooperativa do infrator, fortalecendo uma abordagem restauradora em vez de puramente punitiva.

 <https://www.conjur.com.br/2025-ago-14/reparacao-do-dano-causado-leva-tj-sp-a-reduzir-valor-de-multa-ambiental/>